

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA) é uma sociedade de Economia Mista, com sede em Manaus, na Rua General Miranda Reis, n. 20, Conjunto CELETRAMAZON, bairro Adrianópolis, CEP 69.057-320, Manaus/AM, que tem como acionista controlador o Estado do Amazonas. A COSAMA foi instituída pela Lei n. 892, de 13 de novembro de 1969, para atuar na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado do Amazonas.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Municípios com contratos de concessão a vencer até 2040	3	3
Contrato de Programa	6	6
Contratos de cooperação (a)	6	11
Total de municípios contratados	<u>15</u>	<u>20</u>

(a) Ao final do exercício de 2023 remanesceram com contratos de cooperação os sistemas dos Municípios de Alvarães, Autazes, Carauari, Careiro da Várzea, Manaquiri e Nhamundá.

1.1 Continuidade operacional

A Companhia vem operando com insuficiência de capital de giro, qualificada como entidade dependente, motivado pelo fato de suas receitas próprias serem inferiores as suas despesas operacionais. Como consequência desta asfixia financeira o Governo do Estado, acionista controlador, reconhecendo o serviço como essencial à população atendida, vem injetando recursos para Complementação das receitas próprias, garantindo a operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água

1.2 Novo marco legal

No dia 15 de julho de 2020, foi sancionada pelo presidente da República a Lei Federal nº 14.026/2020, conhecida como Novo Marco Legal para o Saneamento Básico, com 18 vetos. Esses vetos foram apreciados em 17 de março de 2021. A nova lei amplia a concorrência no setor, ao extinguir a figura do contrato de programa.

Adicionalmente, o Novo Marco Legal impõe metas de atendimento de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, incentivando as operadoras a atuarem com maior eficiência. Também atribuiu a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a autoridade para editar normas de referência para regular o saneamento com o objetivo de minimizar as incertezas regulatórias, criando, desta forma, um ambiente mais estável e atrativo para investimentos no setor.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e práticas contábeis

2.1 Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da estimativa de perdas esperadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.



A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probalístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade para pequenas e médias entidades (NBT TG 1000 R1) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), sendo a mesma (R\$) a moeda funcional da Companhia.

2.2 Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de venda de produtos é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos significativos e benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Estão apresentadas ao valor de realização. Quando necessário, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é elaborado pelo método do custo padrão. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias para administração.

O valor realizável líquido é o preço estimado dos serviços prestados no curso normal dos negócios, deduzido das despesas dos serviços prestados.

Imobilizado

Registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas nas Notas Explicativas nº 5 e leva em consideração a vida útil estimada de bens, com os respectivos valores residuais.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro é esperado em relação ao seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo

a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social - corrente

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos calculados sobre o custo atribuído e diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes na data do balanço e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma Companhia sujeita à tributação.

Imposto sobre receita operacional

As receitas operacionais estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS)/PASEP – 0% a 1,65%;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 0% a 7,6%;
- Imposto de Circularização sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) – 0%*.

*O ICMS é isento de acordo com a lei nº 892 de 13 de novembro de 1969, art 5º.

Esses impostos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado.



Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Passivos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, obrigações trabalhistas, obrigações tributárias e contas a pagar.

Fornecedores e contas a pagar

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

As contas a pagar são obrigações de bens e serviços a pagar que foram adquiridos no fluxo normal de negócios de fornecedores, sendo classificados como passivo circulante se os pagamentos forem devidos a um período de até um ano ou menos (ou no período normal de funcionamento do ciclo comercial se este for maior). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem.

As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a:

- Provisões;
- Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa;

Não houve mudanças significativas nas estimativas no período em relação àquelas que vinham sendo aplicadas.



4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e depósitos à vista	174	193
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	240	296
	414	489

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2023	2022
A vencer	51	36
Vencidos de 0 a 90 dias	2.294	1.764
Vencidos de 91 a 180 dias	827	1.042
Vencidos de 181 dias a 365 dias	2.184	1.366
Vencidos a mais de 365 dias	9.383	10.692
Contas a receber de clientes	14.738	14.900
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa e outras	(9.383)	(10.692)
	5.356	4.208

6. ESTOQUE

	2023	2022
Materiais e equipamentos de laboratório	630	474
Conexões hidráulicas e materiais administrativos	1.055	402
	1.685	876

7. CRÉDITOS DIVERSOS

	2023	2022
Adiantamentos a funcionários	933	1.529
Adiantamentos a fornecedores	267	353
Prefeitura de Manaus (a)	1.483	1.483
Perdas estimadas	(1.483)	(1.483)
Depósitos judiciais	328	337
Adiantamento Proama (b)	5.918	5.918
Perdas estimadas – Proama	(5.918)	(5.918)
Outros valores a receber	1415	166
	1.944	2.385
Circulante	1.616	2.048
Não circulante	328	337
	1.944	2.385

- a) São créditos remanescentes de venda de água e cobrança de taxa de esgoto à época da atuação da Companhia na Capital, Manaus.
- b) A origem do fato foram os dispêndios com restabelecimento de urgência na estrutura da captação de água no manancial do Sistema PROAMA, devido a acidente causado por terceiro (abalroamento de balsa que navegava no Rio Amazonas), que não se prontificou a ressarcir o dano e que por isso a empresa até hoje busca esse direito na esfera Judicial, através de sua Assessoria Jurídica. Então, a COSAMA, que à época administrava a operação do sistema, por meio de contrato com o Consorcio PROAMA, cuidou, juntamente com o Governo do Estado, em contratar empresa especializada, para, em caráter de urgência, refazer as estruturas, normalizando o fornecimento de água às famílias atendidas.



8. IMOBILIZADO

<u>Custo</u>	<u>2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2021</u>
Sistema de abastecimento de água	41.544	171	(2)	41.375	6.389	-	34.986
Equipamentos	31.129	209	(61)	30.982	453	(4)	30.533
Terrenos e edificações	3.151	-	-	3.151	2.036	(201)	1.316
Benfeitorias	1.012	-	-	1.012	245	-	767
Computadores e periféricos	994	1	(19)	1.012	289	-	723
Veículos	715	11	-	704	32	(425)	1.097
Móveis e utensílios	567	1	(1)	567	75	-	492
Obras em andamento	10.237	4.569	-	5.668	3.987	(27)	1.708
Outros	37	-	-	37	-	-	37
Total do custo	89.386	4.962	(83)	84.508	13.506	(657)	71.659
Depreciação	(62.332)	(1.039)	45	(61.338)	437	(1.081)	(60.694)
Imobilizado líquido	27.054	3.923	(38)	23.170	13.943	(1.738)	10.965

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para férias e encargos	2.689	2.612
Parcelamento	30	70
Outros	142	58
	2.861	2.740
Circulante	2.831	2.687
Não circulante	30	53
	2.861	2.740

10. CONTAS A PAGAR

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Energia elétrica	31.984	21.677
Prestadores de serviços	3.279	-
Outros	121	1.577
	35.384	23.254

11. PROVISÕES PARA RISCOS

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas trabalhistas e cíveis em discussão:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Trabalhistas	167	72
Cíveis	5.909	2.868
Tributárias	98	98
Amazonas energia	4.736	2.878
Total	10.909	5.916

Demonstramos abaixo a movimentação da provisão para contingências:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo 01 de janeiro	5.916	4.521
Constituição	5.008	1.413
Reversão	-	(18)
Perdas realizadas (baixa)	(15)	-
Total	10.909	5.916

A Companhia possui processos avaliados com probabilidade de perda possível no montante de R\$104 (R\$92, em 2022)



12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PASSIVO A DESCOBERTO

Capital social

O capital social, subscrito e integralizado no valor de 533.863 mil (533.863 mil em 2022), está representado por ações sem valor nominal, conforme demonstração abaixo:

	2023		2022	
	Número de	%	Número de	%
Ações ordinárias	22.145.566	99,99	22.145.566	99,99
Ações preferenciais	3.295	0,01	3.295	0,01
Total	22.148.861	100,00	22.148.861	100,00

13. RECEITAS

	2023	2022
Receitas operacionais – Receitas do serviço	13.546	9.158
PIS/PASEP	(195)	(158)
COFINS	(900)	(738)
	12.451	8.262

14. CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas operacionais	2023	2022
Salários e Benefícios	(31.923)	(31.515)
Encargos Trabalhistas	(9.463)	(9.224)
Material de Manutenção dos Sistemas	(4.234)	(3.990)
Material de Tratamento da Água	(3.313)	(3.216)
Combustíveis e Lubrificantes	(219)	(248)
Serviços de Manutenção de Sistemas	(548)	(1.574)
Energia Elétrica	(9.087)	(6.668)
Frete e Carretos	(589)	(956)
Serviços de cobrança bancária	(542)	(437)
Serviços Técnicos Profissionais – PJ	(534)	(139)
Serviços de Processamento de Dados	(1.003)	(996)
Locação de Bens Móveis	(3.807)	(7.147)
Locação de Bens Imóveis	(201)	(141)
Material de Segurança e Proteção	(125)	(270)
Higiene e Proteção	(63)	(63)
Depreciação	(1.039)	(1.072)
Outros Custos e Despesas	(6.916)	(4.202)
Total	(73.606)	(71.858)
Custos Operacionais	(48.494)	(51.737)
Comerciais	(1.497)	(1.212)
Gerais e Administrativas	(23.616)	(18.909)
Total	(73.606)	(71.858)

15. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2023	2022
Subsídio Financeiro do Governo do Estado	47.284	44.241



16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2023	2022
Juros ativos	34	300
Outras receitas	7	329
Descontos auferidos	13	61
Descontos concedidos	(34)	(41)
Juros, multas e atualização monetária	(2.501)	(2.835)
	(2.482)	(2.186)

17. PARTES RELACIONADAS

Remuneração paga à pessoal chave da administração

A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, sendo os cargos de direção, gerência, conselhos e assessoria, da Companhia foi de R\$ 2.406 (4.066, em 2022), incluindo remuneração, rescisão de contrato de trabalho e benefícios de curto prazo e encargos sociais. A Companhia não remunera o pessoal-chave da administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se, principalmente, a operações de contas a receber, fornecedores e contas a pagar,

18.1 Considerações sobre riscos

Risco de estrutura de capital ou risco financeiro

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de situações de baixo nível de liquidez de seus clientes.

Riscos de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Administração

ARMANDO SILVA DO VALLE:13574809204
Assinado de forma digital por ARMANDO SILVA DO VALLE:13574809204
Data: 2024.08.26 14:36:31 -04'00'

Armando Silva Do Valle
Diretor-Presidente

MARCUS VINICIUS PELODAN SANTOS:08416091790
Assinado de forma digital por MARCUS VINICIUS PELODAN SANTOS:08416091790
Data: 2024.08.26 14:56:59 -04'00'

Marcus Vinícius Pelodan Santos
Diretor Administrativo e Financeiro

DENISON LOPES GAMA:44151900225
Assinado de forma digital por DENISON LOPES GAMA:44151900225
Data: 2024.08.26 14:56:04 -04'00'

Denison Lopes Gama
Diretor de Operacional

MARCUS VINICIUS PELODAN SANTOS:08416091790
Assinado de forma digital por MARCUS VINICIUS PELODAN SANTOS:08416091790
Data: 2024.08.26 14:57:29 -04'00'

Marcus Vinícius Pelodan Santos
Contador CRC/AM 016084/O-9